

REFLEXÃO HISTÓRICO-EVOLUTIVA DO ESTADO DE GOIÁS E DA CRISE INSTALADA NO SÉCULO XXI: estudo dos impactos econômicos atingíveis ao social e político abstraído dos últimos dez anos

Rildo Mourão Ferreira ¹

Eumar Evangelista de Menezes Junior²

Paulo Henrique Carvalho Rodrigues ³

Walter Jayme Neto ⁴

Resumo: Busca-se a ampliação da compreensão do tema crise econômica, através de análise quantitativa e qualitativa das crises econômicas globais, intrínseca e extrinsecamente, bem como seus efeitos no Brasil e especificamente no Estado de Goiás. Dado que a recente recessão econômica foi a pior desde a Grande Depressão de 1930, sendo suficientemente profunda para abalar a economia global, modelos econômicos e práticas de negócios e de mercado, é visível que as suas consequências também afetaram a economia brasileira em larga escala atingindo diretamente o Estado de Goiás, outrossim não se restringindo apenas a fechamento de operações de crédito e variação do Produto Interno Bruto, pois tal recessão atingiu diretamente a estrutura dos estados e indiretamente as estruturas política e social do País. Os estudos foram realizados em frentes metodológicas com abordagem empírica, fenomenológica e dialética, bem como métodos observacionais, por meio de pesquisa quantitativa, atingindo obtenção de dados qualitativos e estatísticos acerca de efeitos das crises econômicas que atingiram o Estado de Goiás.

Palavras-chave: Estado de Goiás. Crise. Impactos Econômicos.

Introdução

O presente estudo almejou a análise fenomenológica da crise econômica mundial ao alcance do Estado de Goiás, determinando suas causas e consequências, numa

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Direito Empresarial pela UNIFRAM. Especialista em Direito das Relações do Trabalho pela Universidade Mogi das Cruzes - U.M.C. Prof. Titular do Curso de Direito do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. Prof. Titular do Curso de Direito da UniRV – Universidade de Rio Verde. Conselheiro Estadual da OAB-GO. Membro da União Literária Anapolina – ULA. Advogado. E-mail: rildomourao@uol.com.br

² Doutorando em Ciências da Religião PUCGO. Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (Multidisciplinar - Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA). Prof. Adjunto, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito – NPDU, Supervisor do Núcleo de Atividades Complementares e Orientador de TCC do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. Prof. do programa de pós-graduação *lato sensu*, das disciplinas de MTC/Orientação e de Processo Civil, do Centro de Ensino Moderna Educacional. Especialista em Direito Notarial e Registral pela UNISUL. Especialista em Magistério Superior pela UNISUL. Membro da União Literária Anapolina – ULA. Membro da Comissão de Direito Empresarial da Seccional OAB-GO e Subseccional Anápolis-GO. Membro da Comissão de Direito Ambiental da Seccional OAB-GO. Membro Relator do CEPA – Comitê de Ética em Pesquisa da UniEVANGÉLICA. Advogado. E-mail: profms.eumarjunior@gmail.com

³ Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEVANGÉLICA. Bacharelado do curso de Direito do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: paulohcrodrigues.jus@gmail.com

⁴ Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEVANGÉLICA. Bacharelado do curso de Direito do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: jaymedireito@gmail.com

aproximação em duas frentes, em primeiro lugar a analítica, levando em consideração crises ocorridas no passado, e a recessão atual, considerada a pior desde a Grande Depressão da década de 30, e em segundo lugar, a qualitativa, observando as consequências reais no Estado Goiano. Partindo da problemática, objetivou-se analisar intrínseca e extrinsecamente os fatos repercutidos nas arenas sociais, políticas e econômicas atingíveis pela crise econômica mundial.

A recente crise global foi a pior desde a Grande Depressão da década de 1930, e foi profunda o suficiente não apenas para abalar a economia global, atingíveis pelas unidades federativas, especificamente listando Brasil e Estado de Goiás. Nesse sentido destaca-se a remessa impactada pelos sistemas econômicos da maioria das grandes economias, mas também a sabedoria convencional e práticas de negócios, regulação de mercado financeiro, dentre outros (BRAUDE; ECKSTEIN; FISCHER, 2013).

De fato, os efeitos da crise global epistemologicamente alcançaram o Brasil. Nessa seara, Nakano (2012) relata fechamento de operações de crédito, variação do PIB, queda na produção industrial, dentre outros, firmando diversos fatores que afetaram o Brasil nas últimas décadas.

Fez-se necessário um estudo atualizado dos impactos da crise econômica, atingíveis na sociedade e em sua estrutura de estado e política, tanto levando em consideração fatores anteriores quanto os atuais, alcançados por método de abordagem dialética, para, através da análise dos dados encontrados, tecer uma matriz que denote os setores mais afetados no Brasil e no Estado de Goiás.

Priorizou-se o estudo em duas frentes metodológicas. A primeira fundou-se em método procedimental, bibliográfica e documental, logo a segunda partindo da abordagem fenomenológica, dialética, de modo a engendrar um arcabouço teórico sólido sobre as crises econômicas globais repercutidas no Estado de Goiás.

Dados técnicos da economia brasileira

Em termos nominais, a economia brasileira possui números que saltam aos olhos: segundo o FMI, em 2011, era a sétima maior economia mundial, possuindo PIB nominal de US\$2,39 trilhões (IMF, 2012). Em 2012 era considerada a sexta maior economia do mundo, entretanto, em virtude da desvalorização do real, voltou novamente a ficar atrás do Reino Unido ocupando a sexta posição (JC, 2012). No entanto, o PIB per capita é notoriamente desigual se comparado ao PIB nominal, onde o país alcançava tão somente a 62ª posição no ranking mundial em 2014 (IMF, 2013).

A economia brasileira enquanto colônia portuguesa era baseada em produtos para exportação, com os grandes ciclos de produção econômica: açúcar e ouro. Posteriormente, o desatrelar político e econômico vindo da Independência submeteu o Brasil ao grande ciclo do café, e outros menores, como o da erva-mate, o da borracha, e o atual ciclo da soja.

Estado de Goiás: história e aspectos econômicos

Hodiernamente é sabido que a história de Goiás, no quesito de ocupação humana, data mais de 10.400 anos (BERTRAN, 2011, p. 42). A economia, no entanto, só apareceu definitivamente após a colonização feita por Portugal.

Período colonial

Desde o primeiro século de colonização do Brasil, o Estado goiano⁵ foi percorrido pelas bandeiras⁶ (POLONIAL, 2006). “Vindas de São Paulo, as Bandeiras tinham como objetivo a captura de índios para o uso como mão de obra escrava na agricultura e minas de ouro”, principal figura econômica do período (GOIÁS, 2016). Antonio José de Mattos Musso (1963) afirma que os ciclos econômicos no Brasil ocorreram paralelamente, mas sempre de forma predominante.

Assim, quando no séc. XVIII o Estado começou a ser povoado em detrimento da exploração das minas de ouro, já existiam outras atividades econômicas como o comércio de cana açúcar, cuja produção dominante era feita na fazenda Babilônia⁷, de propriedade do comendador Joaquim Alves (POLONIAL, 2006).

Acontece que, muito embora o período aurífero em Goiás tenha sido muito importante no desenvolvimento populacional e cultural, economicamente pode ser considerado desfavorável. O ouro extraído das minas e dos rios foi exportado para a capitania de São Paulo, não acumulando capital no Estado, dificultando a estruturação de economia própria que pudesse dar mais estabilidade à sociedade em formação (POLONIAL, 2006). Deste modo, no início do século XIX, com o esgotamento das minas de ouro e evasão de grande parte da população, os colonos remanescentes do Estado tiveram que encontrar outros modos para estabilizar uma economia local.

Período Imperial

Este foi considerado um período de transição, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político – a passagem do sistema colonial para o imperial. É um momento, portanto, de incertezas. Contudo, mantêm-se as estruturas da sociedade goiana, com inúmeras intrigas, mas sem nenhuma real ruptura (PALACIN; MORAES, 1986).

Em decorrência da crise do ouro o estado de Goiás foi obrigado a regredir a uma economia de subsistência, com a agricultura e a pecuária, atividades que sempre estiveram ligadas à economia local. Segundo Campos, a pecuária, até o início do século XX, tornou-se a principal e quase exclusiva ocupação econômica de Goiás (CAMPOS, 2012).

Vários foram os fatores que contribuíram para o deslocamento da população para o setor da agropecuária: a grande liberação de mão de obra das minas de ouro; a descapitalização da população; vasta disponibilidade de terras e a posição marginal de Goiás no contexto nacional.

⁵ No período colonial o estado era capitania e, no período imperial, província.

⁶ “As Bandeiras eram empresas privadas constituídas com base no sistema de ações e [...] cada bandeirante tinha uma participação nos lucros de acordo com seus investimentos” (POLONIAL, 2006, p. 14).

⁷ A produção do açúcar na Fazenda Babilônia era feita por cerca de 120 escravos, sendo uma das maiores do Brasil (POLONIAL, 2006).

Foi um momento de grande fragilidade econômica. Isolado do contexto nacional a província de Goiás encontrou grandes dificuldades de estabelecer relações mercantis com o mercado externo, visto os diversos estorvos encontrados para transportar as mercadorias por grandes distâncias para os estados vizinhos e litorais⁸ (FUNES, 1986, p. 51).

República

Em fevereiro de 1938, Getúlio Vargas traçou as linhas gerais do programa econômico do Estado Novo na chamada “Carta de São Lourenço”. Este discurso estabelecia os pontos básicos da política econômica do regime recém-implantado (...): criação da indústria de base (...), nacionalização das jazidas, das quedas d’água e de outras fontes de energia, nacionalização dos bancos estrangeiros e das companhias de seguros, elaboração de um plano geral para o setor de transportes, visando integração e expansão do mesmo, implantação do salário mínimo, aumento da produção do carvão nacional, diversificação das exportações e elaboração de um plano de desenvolvimento da região do rio São Francisco (SZMRECSÁNYI; SUZIGAN, 2002).

A política de desenvolvimento acelerado, além de galvanizar o apoio de setores fundamentais, parecia ser a resposta mais eficaz ao problema da fragmentação do País em economias regionais pouco integradas. Embora o programa de Vargas não contivesse medidas efetivas visando um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do País e a redistribuição da renda, o discurso e as medidas implementadas no sentido de criar um verdadeiro mercado nacional sugerem que o projeto de desenvolvimento era muito mais do que um programa de crescimento acelerado; consistia em um verdadeiro projeto de consolidação da nação a partir da hegemonia do capitalismo industrial. Ou seja, a política industrializante implementada no pós-1930 parece ter sido muito mais decorrente da necessidade de consolidar a nação do que garantir a reprodução ampliada do capital (SZMRECSÁNYI; SUZIGAN, 2002).

Início do século XX

Goiás ainda não possuía relações de mercado desenvolvidas, e assim, poucos produtos eram capazes de acrescentar ao erário público, e, ademais, não existia união entre as regiões goianas, cada qual negociando com o estado mais próximo (CAMPOS, 1986 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 18). Outra transformação econômica importante se dá com os avanços da rede ferroviária no sul goiano a partir da criação da Estrada de Ferro Goiás, iniciada em 1906 e concluída ao final dos anos 1940, reduzindo o preço dos fretes e melhorando o sistema de transporte, proporcionando dinamismo na economia do território, assinalando aumento na exportação agrícola, bem como um aumento populacional de 66,42%, de 270.000 habitantes em 1900 para 511.818 habitantes em 1920. Cabe mencionar que historiadores goianos debatem acerca de uma “manutenção de atraso” na economia e implantação das ferrovias,

⁸ A demora das viagens, de aproximadamente um ano, ida e volta, contribuía para o desinteresse de compradores de províncias mais distantes.

com o objetivo de forçar a manutenção do poder dos coronéis goianos (BORGES, 1990; CASTILHO, 2012).

O avanço econômico em Goiás também interferiu na história do Tocantins: no início do século XX, com o avanço da economia extrativista da borracha de mangaba no norte de Goiás, a hidrovia do Tocantins passou a ser usada entre a região norte do Estado e Belém do Pará, onde a borracha era exportada para a Europa, onde, na década de 1940 o rio “voltou a ser um vale de prosperidade econômica, com barcos a vapor transportando passageiros e cargas entre o Alto, Médio e Baixo Tocantins” (SILVA, 1996).

Atualmente (sec. XXI) e recessão de 2008

A grande recessão de 2008, considerada por muitos economistas a pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1930, decorreu diretamente da crise do *subprime*⁹ desencadeada nos EUA entre o período de 2006 e 2007, qual, por sua vez, decorreu da crise imobiliária¹⁰, também nos EUA, que teve seu auge em 2004.

A recente crise econômica teve repercussão global, com efeitos distintos nas peculiaridades da economia de cada país afetado. No Brasil, estritamente no estado de Goiás, os veículos de comunicação mostram um cenário de queda de preços. Um exemplo é o preço dos imóveis em Goiás, que exhibe quedas de até 10% em valores de vendas. A crise trouxe dificuldades para quem busca vender um imóvel, fazendo com que o interessado em vender abaixe o seu preço por valores inferiores aos de propostas iniciais (G1, 2016), além do encerramento de atividades de empresas como a BRF em Jataí (AI, 2016).

Em palestra, o atual Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, afirma que confia na parceria realizada com o setor empresarial para manter o Estado na vanguarda do desenvolvimento nacional, dizendo não ter dúvidas de que Goiás será o primeiro Estado a sair da crise econômica por que passa o Brasil”, além de firmar parceria com o programa Brasil Mais Competitivo e criar no estado o Goiás Mais Competitivo, em âmbito estadual (O HOJE, 2016). Para Ana Carla Abrão e Pérsio Arida, economistas, entendem que contenções pesadas e um ajuste fiscal rigoroso, que teve consequências políticas, abalou menos a economia de Goiás numa percepção macroeconômica da situação de estado, chegando a chamar “o case de Goiás” como interessante para se estudar (OPÇÃO, 2016).

Efeitos causados pelos impactos da crise

O Produto Interno Bruto goiano cresceu no período de 2003 a 2014 a uma taxa média anual de 4,8%, superior à registrada para a economia brasileira, de 3,6%. Estimativas

⁹ Em sentido amplo, *subprime* é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa (*prime rate*). Em sentido estrito, o termo é empregado para designar uma forma de crédito hipotecário (*mortgage*) para o setor imobiliário, surgida nos Estados Unidos e destinada a tomadores de empréstimos que representam maior risco.

¹⁰ Conforme os bancos começaram a dar mais empréstimos para potenciais proprietários de imóveis, o preço das casas, conseqüentemente, começou a subir. Após as crescentes taxas de inadimplência no *subprime*, as hipotecas de taxa ajustável (*adjustable-rate mortgages*) também começaram a aumentar rapidamente.

do Instituto Mauro Borges (IMB) apontam para um PIB de R\$ 148 bilhões em 2014. Este bom desempenho propiciou avanços significativos de participação no PIB nacional e inseriu Goiás no seletivo grupo dos dez Estados mais ricos do País. Goiás é a nona economia brasileira. Este progresso na economia goiana é fruto de investimentos privados, contínuos, e apoio do governo em todos os setores produtivos, com destaque para as atividades agropecuárias e minerais voltadas para a produção de *commodities*.

No ano de 2014 o Brasil teve uma produção agrícola recorde, foram 194,6 milhões de toneladas de grãos, cereais, leguminosas e oleaginosas, representando crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi impulsionado pelas colheitas de soja com 86,8 milhões de toneladas, que representa crescimento de 8,1% e de milho, 79,9 milhões de toneladas, mesmo representando queda de 0,5%, em relação a 2013. A soja, o café e o algodão herbáceo foram as culturas que mais contribuíram para o aumento do valor de produção.

Em Goiás, a produção de grãos apresentou alta de 9,1% em 2014 em relação a 2013, tendo como destaque o milho, que teve participação de 45,8% e a soja, com 45,0%. O maior incremento no volume de produção, em Goiás, ocorreu no trigo, 122,2% em relação ao ano anterior, seguido pela produção do girassol e algodão herbáceo, com aumento respectivo de 44,9% e 30%, respectivamente. Quanto ao valor da produção, as culturas que mais cresceram nominalmente foram: trigo (56,2%), o girassol (42,7%) e a soja (16,0%) em relação a 2013.

Igualmente foram recolhidas planilhas do IBGE referentes a séries estatísticas, buscando atingir resultados através da análise criteriosa e inferente dos dados nelas constantes, optando-se por números referentes a agropecuária. No tocante à indústria goiana, os dados disponibilizados nas ferramentas de pesquisa do IBGE se encontram atualizados apenas até o ano de 2007, sendo, portanto, irrelevantes para o presente estudo, pois a crise do *subprime* só despontou em 2006; assim sendo, seus efeitos e impactos, objeto do presente estudo, não são inteiramente atingíveis através dos dados disponíveis relativamente até o ano de 2007.

Os dados em forma de planilhas no site do IBGE apresentados a seguir são pertinentes a resultados considerados em relação a macrorregião do Centro-Oeste, de acordo com as ferramentas encontradas no site do IBGE. Para confeccionar as tabelas foram levadas em consideração as plantações mais abundantes do Estado goiano, com dados referentes a produção de arroz em casca (Tabela 1), da cana-de-açúcar (Tabela 2), da laranja (Tabela 3), do algodão herbáceo (Tabela 4), do efetivo de cabeças de gado (Tabela 5) e do total de galináceos (Tabela 6).

Em relação à produção de arroz, o menor de todos os valores de produção é obtido no ano de 2006, justamente o início da crise econômica. A produção de arroz per se é oscilante, aumentando até 2009 e decaindo até 2012, voltando a subir nos anos seguintes. Para a cana-de-açúcar, os valores sempre subiram de forma vertiginosa, tendo o valor da produção aumentado em mais de 650%; um fator determinante seria a utilização da cana-de-açúcar na produção de combustível etanol e o aumento na venda de carros biocombustíveis, os populares “carros *flex*”, que representavam, em 2013, uma fatia de 92% do mercado, excluindo-se os carros a diesel (OLIVEIRA, 2013).

O valor da produção do algodão, assim como o de arroz em casca, encontrou seu valor mais baixo no início da crise, em 2006, estabilizando-se e voltando a ascender à medida que o mercado se estabilizava. Tal discussão encontra-se entabulada nos quadros a seguir:

TABELA 01 - Valor da produção do arroz em casca no Centro-Oeste entre 2005 e 2014.

Período	Arroz em casca (mil reais)
2005	911.360
2006	364.069
2007	425.144
2008	556.040
2009	662.195
2010	518.251
2011	474.632
2012	383.109
2013	448.137
2014	519.280

FONTE: IBGE, 2016^a

TABELA 02 - Valor da produção da cana-de-açúcar no Centro-Oeste entre 2005 e 2014.

Período	Cana-de-açúcar (mil reais)
2005	1.180.204
2006	1.621.415
2007	1.861.898
2008	2.342.088
2009	3.067.080
2010	3.657.840
2011	5.679.393
2012	6.339.069
2013	7.869.143
2014	7.730.610

FONTE: IBGE, 2016^b

TABELA 03 - Valor da produção de laranja no Centro-Oeste entre 2005 e 2014.

Período	Laranja (mil reais)
2005	52.485
2006	57.403
2007	51.261
2008	63.495
2009	56.751
2010	64.737
2011	63.662
2012	61.953
2013	65.983

2014	75.491
-------------	--------

FONTE: IBGE, 2016c

TABELA 04 - Valor da produção de algodão herbáceo no Centro-Oeste entre 2005 e 2014.

Período	Algodão herbáceo (caroço) (mil reais)
2005	4.728.924
2006	1.720.669
2007	2.622.024
2008	2.473.546
2009	2.317.956
2010	2.951.775
2011	4.659.168
2012	4.879.556
2013	4.121.387
2014	4.608.890

FONTE: IBGE, 2016d

TABELA 05 - Efetivo de rebanho bovino no Centro-Oeste entre 2005 e 2014.

Período	Bovino (cabeças)
2005	71.984.504
2006	70.535.922
2007	68.088.112
2008	68.929.795
2009	70.659.695
2010	72.559.996
2011	72.662.219
2012	72.385.029
2013	71.124.329
2014	71.234.141

FONTE: IBGE, 2016e

TABELA 06 - Efetivo de rebanho galináceo no Centro-Oeste entre 2005 e 2014.

Período	Galináceos (total)
2005	100.560.152
2006	100.412.336
2007	109.208.799
2008	122.905.709
2009	133.786.150
2010	128.778.757
2011	140.900.820
2012	141.502.349
2013	134.523.237

2014	151.982.945
------	-------------

FONTE: IBGE, 2016f

TABELA 07 - Receita nominal de vendas de material de construção entre janeiro de 2006 e dezembro de 2015 – varejo.

Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)
jan/06	19,6	jan/07	5,2	jan/08	10,7	jan/09	17,8	jan/10	-0,1
abr/06	13,3	abr/07	6,6	abr/08	13	abr/09	12,6	abr/10	8,2
jul/06	8,8	jul/07	9,5	jul/08	15,9	jul/09	5,1	jul/10	15,6
out/06	6,7	out/07	10,4	out/08	18,9	out/09	-1,9	out/10	22,7

Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)	Mês/Ano	Variação em vendas (pontos percentuais)
jan/11	24,2	jan/12	15,6	jan/13	16,1	jan/14	8,2	jan/15	6,6
abr/11	19,1	abr/12	15,6	abr/13	15,5	abr/14	6,8	abr/15	8,3
jul/11	17,7	jul/12	15,2	jul/13	13,7	jul/14	5,6	jul/15	8,1
out/11	16,5	out/12	17,8	out/13	7,4	out/14	8,5	out/15	2,6

FONTE: IBGE, 2016g

Quanto ao comércio, interessante exercitar uma análise da venda de materiais de construção no período de janeiro de 2006 a janeiro de 2016. Observa-se queda brusca no ano de 2006, seguida de relativa alta até a metade de 2009, onde enfrentou-se queda seguida de enorme aquecimento de mercado nas vendas. Atualmente, a situação em janeiro/2016 é similar à da queda brusca enfrentada em 2009, muito provavelmente um reflexo da atual crise econômica e política vivenciada no Brasil.

GRÁFICO 01 - Receita nominal de vendas de material de construção entre janeiro de 2006 e dezembro de 2015 – varejo.

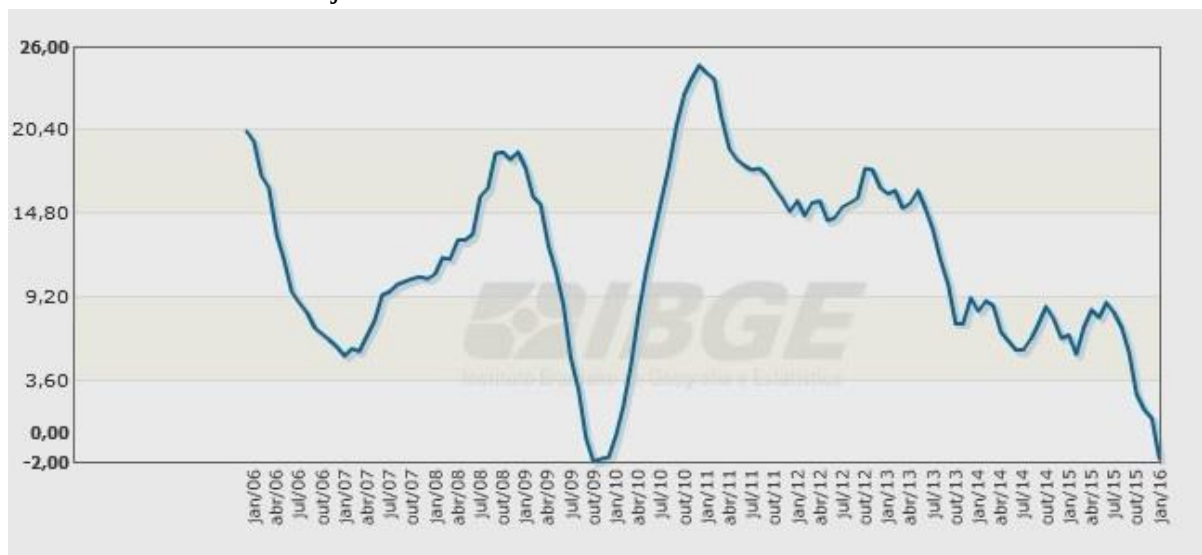


Gráfico 1. Receita nominal de vendas de material de construção entre janeiro de 2006 e dezembro de 2015 – varejo (FONTE: IBGE, 2016h)

Considerações finais

Através dos dados analisados, temos que o Estado de Goiás, durante todo o decorrer da história, teve grande dificuldade para a estruturação de sua economia, passando, inclusive, por diversas crises, fosse pela tomada dos minérios de ouro decorrente da colonização ou por aspectos sócio-geográficos desfavoráveis.

A análise histórica demonstrou que o Estado Goiano se mostrava defasado em relação à economia do País, dada a centralização política (e consequentemente econômica) com foco no eixo de desenvolvimento São Paulo – Rio de Janeiro. Entretanto, o Estado não era absolutamente incipiente, sendo explorado para a obtenção de riquezas auríferas no período Colonial. Tais riquezas eram exportadas e geravam pouco desenvolvimento local. Durante o período imperial a economia do estado fragilizou-se, permanecendo assim até o início do século XX.

A transformação econômica se inicia a partir dos avanços da ferrovia, observando aumento populacional de mais de 60% em 20 anos, o que interferiu igualmente no desenvolvimento do estado do Tocantins. Atualmente o cenário econômico em Goiás pode ser considerado misto: quedas de valores de vendas de imóveis, encerramentos de empresas, no entanto encontra-se entre os dez Estados mais ricos do País, sendo a 9ª maior economia brasileira, e tem aumentos de produção agropecuária em suas principais atividades, sendo elas grãos, soja, café, dentre outros. Assim, é possível considerar que o Estado Goiano tem se mantido estável frente a grande crise que assola todo o país, aumentando a produção e exportação de seus produtos.

Referências Bibliográficas

AI. Avicultura Industrial. BRF encerra atividades em unidade de Goiás. **Avicultura Industrial**, junho de 2016. Online. Disponível em: <<http://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/brf-encerra-atividades-em-unidade-de-goias/20160603-173234-h010>>. Acesso em 14/06/2016.

BERTRAN, Paulo. **A História da Terra e do Homem no Planalto Central**. Brasília. 3ª Edição. Editora UNB. 2011.

BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais, 1909-1922. Cegraf, UFG, 1990. Online. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=motcMsGB1EMC>>. Acesso em 25/06/2016.

BRAUDE, Jacob; ECKSTEIN, Zvi; FISCHER, Stanley. **The Great Recession**: Lessons for Central Bankers. Cambridge, The MIT Press, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vrCdsJwNgAC>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CAMPOS, Francisco Itami. **Questões Agrárias: Bases Sociais da Política Goiana**. Editora Kelps, 2012.

CASTILHO, Denis. Estado e Rede de Transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. XVI, nº 418, nov. 2012.

FUNES, E. A.. **Goiás 1800-1850: um Período de Transição da Mineração à Agropecuária**. Goiânia: Editora UFG, 1986, coleção Teses Universitárias, nº 40.

G1. Crise econômica diminui preço de imóveis em Goiás, diz especialista. **G1**, maio de 2016. Online. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/mercado-imobiliario/noticia/2016/05/crise-economica-diminui-preco-de-imoveis-em-goias-diz-especialista.html>>. Acesso em 24/05/2016.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. **Colônia**, 2016. Online. Disponível em: <<http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/historia/colonia>>. Acesso em 24/02/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Lavoura temporária – Valor da Produção. IBGE, 2016a. Online. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PA4&t=lavoura-temporaria-valor-producao>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Lavoura temporária – Valor da Produção. IBGE, 2016b. Online. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PA4&t=lavoura-temporaria-valor-producao>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Lavoura permanente – Valor da Produção. IBGE, 2016c. Online. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PA10&t=lavoura-permanente-valor-producao>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Lavoura temporária – Valor da Produção. IBGE, 2016d. Online. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PA4&t=lavoura-temporaria-valor-producao>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho. IBGE, 2016e. Online. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PPM01&t=efetivo-rebanhos-tipo-rebanho>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho. IBGE, 2016f. Online. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PPM01&t=efetivo-rebanhos-tipo-rebanho>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Receita nominal de vendas de material de construção - Varejo. Tipos de índice. IBGE, 2016g.

Online. Disponível em:
<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=2&op=0&vcodigo=MC75&t=receita-nominal-vendas-material-construcao-varejo>>. Acesso em 01/07/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Receita nominal de vendas de material de construção – Varejo. Cartograma. Tipos de índice. IBGE, 2016h. Online. Disponível em:
<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=2&op=0&vcodigo=MC75&t=receita-nominal-vendas-material-construcao-varejo>>. Acesso em 01/07/2016.

IMF. International Monetary Fund. **Report for Selected Countries and Subjects**, 2012. Online. Disponível em:
<[_____. International Monetary Fund. **Report for Selected Countries and Subjects**, 2013. Online. Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/weorept.aspx?sy=2013&ey=2013&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=512%2C668%2C914%2C672%2C612%2C946%2C614%2C137%2C311%2C962%2C213%2C674%2C911%2C676%2C193%2C548%2C122%2C556%2C912%2C678%2C313%2C181%2C419%2C867%2C513%2C682%2C316%2C684%2C913%2C273%2C124%2C868%2C339%2C921%2C638%2C948%2C514%2C943%2C218%2C686%2C963%2C688%2C616%2C518%2C223%2C728%2C516%2C558%2C918%2C138%2C748%2C196%2C618%2C278%2C624%2C692%2C522%2C694%2C622%2C142%2C156%2C449%2C626%2C564%2C628%2C565%2C228%2C283%2C924%2C853%2C233%2C288%2C632%2C293%2C636%2C566%2C634%2C964%2C238%2C182%2>>](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/weorept.aspx?pr.x=25&pr.y=9&sy=2012&ey=2012&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=%2C&br=1&c=512%2C666%2C914%2C668%2C612%2C672%2C614%2C946%2C311%2C137%2C213%2C962%2C911%2C674%2C193%2C676%2C122%2C548%2C912%2C556%2C313%2C678%2C419%2C181%2C513%2C867%2C316%2C682%2C913%2C684%2C124%2C273%2C339%2C868%2C638%2C921%2C514%2C948%2C218%2C943%2C963%2C686%2C616%2C688%2C223%2C518%2C516%2C728%2C918%2C558%2C748%2C138%2C618%2C196%2C522%2C278%2C622%2C692%2C156%2C694%2C624%2C142%2C626%2C449%2C628%2C564%2C228%2C283%2C924%2C853%2C233%2C288%2C632%2C293%2C636%2C566%2C634%2C964%2C238%2C182%2C662%2C453%2C960%2C968%2C423%2C922%2C935%2C714%2C128%2C862%2C611%2C135%2C321%2C716%2C243%2C456%2C248%2C722%2C469%2C942%2C253%2C718%2C642%2C724%2C643%2C576%2C939%2C936%2C644%2C961%2C819%2C813%2C172%2C199%2C132%2C733%2C646%2C184%2C648%2C524%2C915%2C361%2C134%2C362%2C652%2C364%2C174%2C732%2C328%2C366%2C258%2C734%2C656%2C144%2C654%2C146%2C336%2C463%2C263%2C528%2C268%2C923%2C532%2C738%2C944%2C578%2C176%2C537%2C534%2C742%2C536%2C866%2C429%2C369%2C433%2C744%2C178%2C186%2C436%2C925%2C136%2C869%2C343%2C746%2C158%2C926%2C439%2C466%2C916%2C112%2C664%2C111%2C826%2C298%2C542%2C927%2C967%2C846%2C443%2C299%2C917%2C582%2C544%2C474%2C941%2C754%2C446%2C698&s=NGDPD&grp=0&a=>. Acesso em 05/06/2016.</p></div><div data-bbox=)

C662%2C453%2C960%2C968%2C423%2C922%2C935%2C714%2C128%2C862%2C611%2C135%2C321%2C716%2C243%2C456%2C248%2C722%2C469%2C942%2C253%2C718%2C642%2C724%2C643%2C576%2C939%2C936%2C644%2C961%2C819%2C813%2C172%2C199%2C132%2C733%2C646%2C184%2C648%2C524%2C915%2C361%2C134%2C362%2C652%2C364%2C174%2C732%2C328%2C366%2C258%2C734%2C656%2C144%2C654%2C146%2C336%2C463%2C263%2C528%2C268%2C923%2C532%2C738%2C944%2C578%2C176%2C537%2C534%2C742%2C536%2C866%2C429%2C369%2C433%2C744%2C178%2C186%2C436%2C925%2C136%2C869%2C343%2C746%2C158%2C926%2C439%2C466%2C916%2C112%2C664%2C111%2C826%2C298%2C542%2C927%2C967%2C846%2C443%2C299%2C917%2C582%2C544%2C474%2C941%2C754%2C446%2C698%2C666&s=NGDPDPC&grp=0&a=&pr.x=41&pr.y=13>. Acesso em 05/06/2016.

JC. Jornal do Comércio. Brasil perde posto de sexta maior economia. **Jornal do Comércio**, dezembro de 2012. Online. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=111376>>. Acesso em: 25/06/2016.

MUSSO, Antônio José de Mattos. **Os ciclos econômicos do Brasil**. Brasília. C.E.M. Meios Audio-Visuais, 1963.

NAKANO, Yoshiaki. A grande recessão: oportunidade para o Brasil alcançar os países desenvolvidos. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 52,n. 2, 2012.

O HOJE. Para Marconi, Goiás será o primeiro Estado a sair da crise. **O Hoje.com**, junho de 2016. Online. Disponível em: <<http://www.ohoje.com.br/noticia/politica/n/119859/t/para-marconi-goias-sera-o-primeiro-estado-a-sair-da-crise>>. Acesso em 14/06/2016.

OLIVEIRA, Marcello. Carro 'flex' faz 10 anos, mas consumidor não tem muito o que comemorar. **Estado de Minas**, março de 2013. Online. Disponível em: <http://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/noticias/2013/03/21/interna_noticias,47472/carro-flex-faz-10-anos-mas-consumidor-nao-tem-muito-o-que-comemorar.shtml>. Acesso em 08/05/2016.

OLIVEIRA, Paulo Roberto. **Entre Rios e Trilhos: As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

OPÇÃO. Jornal Opção. Economistas nacionais percebem, como Marconi Perillo agiu cedo, crise não implodiu Goiás. **Jornal Opção**, maio de 2016. Online. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/bastidores/economistas-nacionais-percebem-como-marconi-perillo-agiu-cedo-crise-nao-implodiu-goias-66728/>>. Acesso em 25/06/2016.

PALACIN, L; MORAES, M^a A. de S. **História de Goiás**. 4^a ed., Goiânia: Editora UFG, 1983.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Terra do Anhanguera:** História de Goiás. Goiânia, Editora Kelps, Leart Editora, 2006.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente:** uma luta secular. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 1996. Online. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=GkUsAAAAYAAJ>>. Acesso em 25/06/2016.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História econômica do Brasil contemporâneo:** coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, Campus da USP, setembro de 1993. EdUSP, 2002. Online. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=motcMsGB1EMC>>. Acesso em 26/06/2016.